

ACONTECE

ANO 41 - ED.352 - MAIO / 2026

Brasil e EUA avançam em debate sobre tarifas



Editorial

Uma análise sobre os impactos das novas exigências globais para o comércio exterior.

Multas elevam risco na logística

Penalidades chegam a 100% do valor aduaneiro no Brasil

DUIMP x CE Mercante avança no setor

Pauta ganha força após provocação do Sindicomis Nacional e ACTC

EDITORIAL

O comércio exterior brasileiro diante das novas barreiras globais



Foto: Luiz Ramos em agenda institucional no Mercosul

As recentes medidas adotadas pela União Europeia em relação às importações de carnes e animais vivos provenientes do Brasil reacendeu um debate que ultrapassa os limites do agronegócio e alcança toda a estrutura do comércio internacional contemporâneo.

Embora o fundamento apresentado pelas autoridades europeias esteja relacionado ao controle da utilização de antimicrobianos na produção animal, é impossível ignorar que, cada vez mais, exigências sanitárias, ambientais, trabalhistas e de rastreabilidade vêm sendo incorporadas como elementos centrais das relações comerciais internacionais.

Independentemente do mérito técnico das exigências impostas, o fato é que os exportadores brasileiros e todos os agentes que atuam na cadeia logística e aduaneira precisam compreender que o comércio internacional passa por uma profunda transformação.

A competitividade não será determinada apenas por preço, qualidade e capacidade produtiva, mas também pela habilidade de atender requisitos regulatórios cada vez mais complexos.

Esse movimento ganha ainda mais relevância diante do histórico Acordo de Parceria Estratégica Mercosul-União Europeia, que consolida uma das maiores áreas de integração econômica do mundo, abrangendo um mercado superior a 700 milhões de consumidores.

EDITORIAL

Neste contexto, a atualização das regras do Siscomex Importação relacionadas ao Acordo Provisório de Comércio entre Mercosul e União Europeia demonstra que os desafios e oportunidades caminham simultaneamente.

Além disso, a União Europeia avança rapidamente na digitalização dos processos logísticos e aduaneiros.

O Regulamento eFTI representa uma mudança estrutural ao substituir documentos físicos por informações eletrônicas padronizadas em todos os modais de transporte.

Outro aspecto estratégico é o fortalecimento das Redes Transeuropeias de Transporte (TEN-T), que recebem investimentos bilionários para ampliar corredores logísticos multimodais.

Para os Comissários de Despachos, Despachantes Aduaneiros, Operadores Logísticos, Transportadores, Importadores e Exportadores, torna-se indispensável investir continuamente em capacitação técnica, gestão documental, compliance regulatório e inteligência aduaneira.

O cenário atual evidencia uma realidade incontestável: as barreiras comerciais tradicionais vêm sendo substituídas por barreiras regulatórias sofisticadas.

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC acompanham atentamente essas transformações, defendendo a previsibilidade regulatória, a segurança jurídica e a valorização dos profissionais que diariamente asseguram a conformidade das operações de comércio exterior.

Os desafios são grandes. Mas também são grandes as oportunidades para aqueles que estiverem preparados para o novo ambiente do comércio internacional.

Luiz Ramos
Presidente do SINDICOMIS NACIONAL – Sindicato Nacional das Empresas Comissárias de Despachos e da ACTC – Associação Brasileira de Comércio Exterior, Transportes e Logística



Foto: Thainá Salviato/Rádio Senado (gerada com IA)

Multas de até 100% elevam risco na logística global no Brasil

Penalidades podem chegar a 100% no Brasil

As operações triangulares, conhecidas como back to back, passaram a incorporar um novo vetor de risco no Brasil: multas que podem chegar a 100% do valor aduaneiro.

O modelo, amplamente utilizado para reduzir custos e dar eficiência às cadeias globais de suprimentos, tornou-se alvo de disputas fiscais com impacto direto sobre multinacionais.

Em um comércio exterior que movimenta mais de US\$ 150 bilhões — com exportações superiores a US\$ 82 bilhões e importações acima de US\$ 68 bilhões —, o risco fiscal passou a influenciar decisões logísticas.

Casos recentes analisados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) indicam autuações de grande porte, com efeitos sobre fluxo de caixa, planejamento e estrutura das operações.

Multas entram no cálculo das operações

Segundo o conselheiro da turma aduaneira do Carf, Mateus Soares de Oliveira, o aumento das autuações está ligado à interpretação de que parte dessas operações seria simulada, com o objetivo de reduzir carga tributária ou deslocar resultados. Quando essa leitura prevalece, a Receita Federal do Brasil aplica multa equivalente ao valor total da mercadoria. Trata-se de uma das penalidades mais severas do sistema.

Os números são expressivos. Há casos próximos de R\$ 500 milhões envolvendo o McDonald's (Arcos Dourados).

Outros processos, ligados à Cargill, ficam na faixa de R\$ 150 milhões a R\$ 180 milhões. Em todos, o ponto central é a interpretação da operação.

Um dos exemplos mais emblemáticos envolve a COFCO, maior empresa de alimentos da China.

A companhia adquiriu trigo da Argentina por meio de sua unidade na Suíça e revendeu ao Brasil, com entrega direta ao destino final, sem trânsito físico pela Europa — prática comum no comércio internacional.

A lógica é operacional. “Não faz sentido que um navio saia da Argentina, vá para a Europa e depois retorne ao Brasil”, afirma Oliveira, relator do caso.

A Receita Federal do Brasil, no entanto, entendeu que a estrutura poderia representar deslocamento artificial de lucros para jurisdição de menor tributação e aplicou autuação. O Carf, por maioria, cancelou a penalidade ao reconhecer o propósito econômico.



Foto: Mateus Soares de Oliveira, conselheiro da turma aduaneira do Carf. Reprodução/Internet

Modelo global sob pressão no Brasil

Operações back to back são amplamente utilizadas no comércio internacional e viabilizam negociações entre diferentes mercados sem necessidade de trânsito físico pelo país intermediário. Integram estruturas de procurement, outsourcing logístico e serviços compartilhados.

No Brasil, porém, enfrentam questionamentos recorrentes. “A tarefa de segregar o planejamento lícito da fraude não é simples”, afirma Oliveira.

O resultado é um ambiente de maior insegurança jurídica, que obriga empresas a rever estruturas e incorporar o risco fiscal nas decisões logísticas. Parte do problema está no marco regulatório. A legislação brasileira ainda se apoia em normas das décadas de 1960 e 1970, anteriores à atual dinâmica das cadeias globais.

Às vésperas da reforma tributária, o cenário tende a se tornar mais complexo. A base de cálculo aduaneira, antes restrita a mercadoria, frete e seguro, passa a incorporar serviços e outras despesas, ampliando o valor tributável.

“O sistema já é complexo. Com essa ampliação, fica ainda mais difícil para empresas que operam com planejamento global”, afirma Oliveira.

Adicionalmente, com a redução de incentivos regionais, o desenho das cadeias logísticas tende a mudar. Localização de centros de distribuição, definição de rotas e estrutura operacional passam a impactar diretamente custos e competitividade.

“Os profissionais de logística nunca estiveram tão em evidência. Eles têm nas mãos o redesenho dos modelos de negócios no Brasil”, afirma o conselheiro.

Frete pressionado, cadeia mais flexível

O ambiente internacional reforça o uso dessas operações. Conflitos geopolíticos, restrições a rotas e volatilidade nos preços de energia pressionam fretes, seguros e prazos.

Empresas respondem com cadeias mais flexíveis, ajustando rotas e centralizando compras.

O back to back se torna uma solução natural. No Brasil, porém, a eficiência pode se transformar em risco.

Diante do aumento das autuações, governança e compliance deixaram de ser apenas suporte e passaram a integrar a estratégia logística.

A consistência entre contratos, documentos e registros contábeis, além da transparência no atendimento à fiscalização, tornou-se essencial para reduzir exposição.

“Os profissionais de logística nunca estiveram tão em evidência. Eles têm nas mãos o redesenho dos modelos de negócios no Brasil.”

O cenário expõe um desalinhamento entre a prática global e a interpretação regulatória local.

Para Oliveira, penalidades como a multa de 100% do valor aduaneiro precisam estar amparadas em prova inequívoca de fraude.

Caso contrário, podem desestimular operações legítimas.

Segundo ele, o impacto não é apenas jurídico. É operacional — e já começa a influenciar decisões de investimento e a posição do Brasil nas cadeias globais de suprimentos.

Fonte: Transporte Moderno



Foto: Reprodução

Brasil e EUA debatem parcerias comerciais e tarifaço em reunião na Casa Branca

Debate inclui tarifas, comércio bilateral e impactos econômicos



Foto: Reprodução/Gov Br

“Uma reunião excelente”, classificou o ministro do MDIC, Márcio Elias Rosa, sobre o encontro entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Donald Trump, realizado nesta quinta-feira (07/05), na Casa Branca.

No encontro que durou três horas, foram debatidos diversos temas comerciais, como terras raras, investimentos brasileiros nos EUA e de empresas norte-americanas no Brasil, além de caminhos para eliminar as tarifas impostas pelo governo estadunidense a produtos brasileiros e encerrar a investigação da Seção 301.

Para isso, será criado um grupo de trabalho composto pelo MDIC, pelo MRE e pelo Departamento de Comércio dos EUA.

“Ficamos de nos reunir nos próximos 30 dias para avaliarmos a situação ou chegarmos a uma conclusão. Na nossa expectativa, uma conclusão que leve também ao encerramento da Seção 301”, afirmou o ministro em exercício.

A Seção 301 é um dispositivo da Lei de Comércio dos Estados Unidos, de 1974, que permite ao governo norte-americano investigar práticas comerciais consideradas injustas por eles e aplicar medidas como tarifas adicionais sobre importações.

O mecanismo ganhou destaque nas disputas comerciais entre EUA e China e é um dos principais instrumentos da política comercial americana.

“O ideal é que os Estados Unidos voltem a ser um parceiro dinâmico e crescente; que as importações e exportações voltem a subir, e não a cair, como aconteceu no ano passado.”

“O ideal é que os Estados Unidos voltem a ser um parceiro dinâmico e crescente; que as importações e exportações voltem a subir, e não a cair, como aconteceu no ano passado”, destacou Elias Rosa.

Ele concluiu pontuando que as informações brasileiras foram bem recebidas e que o governo brasileiro ouviu atentamente as reivindicações dos EUA.

Democracia e Soberania

Em entrevista coletiva, o presidente Lula destacou que o encontro de três horas foi um passo importante na relação entre Brasil e Estados Unidos.

“Saio daqui com a ideia de que demos um passo importante na consolidação da relação democrática e histórica que o Brasil tem com os Estados Unidos”, disse Lula.

“Foi uma reunião importante. O Brasil está preparado para discutir com qualquer país do mundo qualquer assunto. Não tem assunto proibido. A única coisa que nós não abrimos mão é da nossa democracia e da nossa soberania”, completou.

“A única coisa que nós não abrimos mão é da nossa democracia e da nossa soberania.”

Após o encontro, Donald Trump afirmou em uma rede social que teve uma reunião “muito boa” com Lula.

Segundo o presidente norte-americano, novos encontros entre representantes dos dois países já estão agendados.

Na conversa com jornalistas, Lula ressaltou o otimismo com o andamento das negociações sobre as tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros.

“Eu sugeri ao Trump que a gente colocasse os nossos ministros para, em 30 dias, resolver esse problema para nós decidirmos o que vai acontecer. Eu acho que vai terminar bem, num acordo entre o Brasil e os Estados Unidos na questão comercial”, declarou.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Ricardo Stuckert

Corrente de comércio do país chega a US\$ 15,4 bi na 1º semana de maio

Fluxo comercial alcança US\$ 15,4 bilhões

Na 1ª semana de maio de 2026, a balança comercial registrou superávit de US\$ 2,7 bilhões e corrente de comércio de US\$ 15,4 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 9,04 bilhões e importações de US\$ 6,3 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 125,6 bilhões e as importações, US\$ 98,1 bilhões, com saldo positivo de US\$ 27,5 bilhões e corrente de comércio de US\$ 223,68 bilhões.

Esses e outros dados foram divulgados nesta segunda-feira (11/5), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Nas exportações, comparadas as médias até a 1ª semana de maio/2026 (US\$ 1,807 bilhão) com a de maio/2025 (US\$ 1,424 bilhão), houve crescimento de 26,9%.

Em relação às importações houve crescimento de 16,1% na comparação entre as médias até a 1ª semana de maio/2026 (US\$ 1,263 bilhão) com a do mês de maio/2025 (US\$ 1,088 bilhão).

Assim, até a 1ª semana de maio/2026, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 3.071,55 milhões e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 544,39 milhões.

Comparando-se este período com a média de maio/2025, houve crescimento de 22,2% na corrente de comércio.

Exportações e Importações por Setor

No acumulado até a 1ª semana do mês de maio/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores exportadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 134,64 milhões (38,1%) em Agropecuária e de US\$ 264,32 milhões (36,4%) em produtos da Indústria de Transformação; houve queda de US\$ 19,15 milhões (5,7%) em Indústria Extrativa.

No acumulado até a 1ª semana do mês de maio/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores importadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 187,83 milhões (18,6%) em produtos da Indústria de Transformação; queda de US\$ 0,41 milhões (1,7%) em Agropecuária e de US\$ 11,1 milhões (24,5%) em Indústria Extrativa.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: MDIC

DUIMP x CE Mercante avança após atuação do SINDICOMIS

Entidades levam tema às autoridades e alertam para impactos no setor

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E CONTEXTUALIZAÇÃO

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC deram início a uma atuação institucional coordenada junto às principais autoridades do comércio exterior brasileiro, em razão de inconsistências identificadas na integração entre a Declaração Única de Importação (DUIMP) e o CE Mercante.

A iniciativa teve origem em demanda apresentada por empresas associadas, posteriormente confirmada por meio de consulta institucional ampliada, evidenciando o caráter estrutural e recorrente da problemática.

A atuação reforça o papel das entidades na identificação de distorções operacionais e na condução de pautas relevantes junto às autoridades competentes.

O PROBLEMA IDENTIFICADO

O ponto central da questão envolve a forma como valores classificados como “prepaid” vêm sendo tratados no fluxo sistêmico atual.

Na prática, tais valores:

- são frequentemente suportados pelo exportador na origem;
- não possuem vínculo com o custo efetivo do importador brasileiro;
- não guardam aderência com operações sob Incoterm FOB.

Ainda assim, estão sendo automaticamente:

- incorporados ao conhecimento de carga (Master BL);
- replicados no CE Mercante;
- e considerados na DUIMP, impactando diretamente a base de cálculo tributária.

Esse cenário evidencia um desalinhamento relevante entre a realidade econômica da operação e sua representação sistêmica.

MUDANÇA ESTRUTURAL: DA DI PARA A DUIMP

No modelo anterior (Declaração de Importação – DI), havia maior flexibilidade operacional, permitindo ajustes técnicos justificados.

Com a DUIMP, houve:

- maior integração e automatização sistêmica;
- redução da discricionariedade operacional;
- imitação na correção de inconsistências.

Esse novo ambiente trouxe ganhos de controle, porém também revelou lacunas operacionais que impactam diretamente o setor.

PROVOCAÇÃO INSTITUCIONAL

Diante do cenário, as entidades protocolaram os Ofícios nº 21, 22 e 23/2026 junto à Receita Federal (COANA), SECEX/DECEX e à Comissão Gestora do Siscomex.

Os objetivos principais foram:

- dar ciência formal das distorções identificadas;
- demonstrar os impactos operacionais e tributários;
- solicitar esclarecimento normativo sobre valores “prepaid”;
- propor ajustes sistêmicos e operacionais.



Foto: Reprodução

DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS APÓS A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES

No âmbito das provocações institucionais conduzidas pelo Sindicomis Nacional e a ACTC, formalizadas, entre outros, por meio do Ofício nº 22/2026, o tema passou a ser tratado pelas autoridades competentes, com indicação de comunicação oficial via Notícia Siscomex.

O posicionamento destacou que:

- a DUIMP não permite a coexistência de Incoterms de grupos distintos em uma mesma declaração;
- há divisão entre Grupo 1 e Grupo 2 de Incoterms;
- será necessário, em determinados casos, o desdobramento do conhecimento de embarque e o registro de múltiplas DUIMPs;
- há limitações vinculadas ao método de valoração aduaneira.

Tal resposta evidencia que o problema envolve limitações estruturais do próprio sistema.

ANÁLISE ESTRATÉGICA DAS ENTIDADES

Embora o esclarecimento represente avanço em transparência, a solução apresentada não resolve integralmente a distorção tributária apontada.

Na prática:

- transfere ao operador maior complexidade operacional;
- aumenta custos e riscos operacionais;
- mantém o desalinhamento entre a base tributária e a realidade econômica.

Trata-se, portanto, de uma solução parcial, que confirma a necessidade de aprofundamento técnico do tema.

IMPACTOS PARA O SETOR

A manutenção do modelo atual pode gerar:

- oneração tributária indevida;
- aumento do custo Brasil;
- insegurança jurídica;
- risco de autuações fiscais;
- distorções concorrenciais;
- perda de eficiência operacional.

PRÓXIMOS PASSOS

O SINDICOMIS e a ACTC seguem com atuação ativa junto à Receita Federal, à SECEX e às demais instâncias, com apoio da assessoria em Brasília.

A estratégia contempla:

- aprofundamento do diálogo técnico;
- apresentação de casos concretos;
- construção de solução regulatória adequada;
- acompanhamento direto dos protocolos e desdobramentos.

COMPROMISSO INSTITUCIONAL

As entidades reafirmam seu compromisso, atuando de forma proativa na condução de pautas estratégicas junto às autoridades e na defesa técnica do setor para assegurar segurança jurídica, previsibilidade e coerência econômica nas operações de comércio exterior.

Novas atualizações serão oportunamente comunicadas às empresas associadas e filiadas.

Fonte: Sindicomis Nacional



Foto: Reprodução/Jus Brasil

Brasil destaca cenário favorável a investimentos nos EUA

Encontro debate comércio, tarifas e oportunidades econômicas

O Brasil vive um momento favorável para investimentos, com fundamentos macroeconômicos sólidos, melhora das contas públicas e indicadores positivos de crescimento, emprego e inflação.

A avaliação foi apresentada pela secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Débora Freire, durante o evento “Brasil em Pauta”, na segunda-feira (11/5), em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Durante o encontro, a secretária destacou o desempenho recente da economia brasileira e a posição do país diante do cenário internacional. “O Brasil tem passado por um momento muito bom, inclusive do ponto de vista do investimento direto. O câmbio também está em um movimento muito favorável, refletindo esse momento do país. Então, o Brasil demonstra que as condições macroeconômicas e fiscais hoje são sólidas e que o país está atravessando muito bem essa crise global”, explicou.



Foto: Reprodução/Gov Br

“O Brasil tem passado por um momento muito bom, inclusive do ponto de vista do investimento direto. O câmbio também está em um movimento muito favorável, refletindo esse momento do país.”

Ao responder perguntas de empresários e autoridades, a secretária também fez um balanço dos avanços econômicos observados nos últimos anos, como o crescimento da atividade econômica, a redução do desemprego e o controle da inflação.

Já em relação à área fiscal, Débora Freire afirmou que o governo tem buscado reorganizar as contas públicas e aprimorar os mecanismos de controle das despesas.

Segundo a secretária, o processo de revisão de gastos deverá continuar nos próximos anos, juntamente com medidas voltadas ao fortalecimento da arrecadação. “O Brasil deve continuar aprimorando sua estrutura de despesas a partir desse trabalho. Ao mesmo tempo, nós atuamos pelo lado das receitas, recuperando a base fiscal do país por meio de diversas medidas, especialmente voltadas à progressividade tributária”, explicou.

Por fim, Débora também citou a implementação do novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, como parte das iniciativas voltadas ao controle das despesas públicas. “Óbvio que existem desafios, mas o Brasil está comprometido com o desafio do controle da despesa. Não à toa, esse novo arcabouço fiscal tem sido cumprido, mesmo com expectativas anteriores de que a gente não cumpriria”, concluiu.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Missão à China amplia oportunidades para cooperativas brasileiras

Encontro fortalece relações com o mercado asiático



Foto: Beatriz Batalha/MAPA

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, em missão oficial à China, participou neste domingo (17), em Xangai, de um encontro com representantes de cooperativas brasileiras do setor agropecuário.

A agenda foi promovida pela Ourofino Agrociência e integrou a missão técnica “Asia Expert”, que reúne lideranças do cooperativismo agrícola brasileiro em uma programação voltada ao fortalecimento das relações com mercados asiáticos, com passagens pela China, Coreia do Sul e Japão.

Durante o encontro, o ministro destacou a importância de dar continuidade às agendas estratégicas do agronegócio brasileiro e reforçou o papel da China como principal parceiro comercial do Brasil. “Assumi o Ministério da Agricultura e Pecuária há cerca de 45 dias com o compromisso de dar continuidade a um trabalho construído com consistência ao longo dos últimos anos. E não é por acaso que uma das primeiras agendas internacionais é na China, nosso maior parceiro comercial. Precisamos seguir fortalecendo essa relação, ampliando oportunidades e consolidando o agro brasileiro como um dos pilares da segurança alimentar global”, disse.

O CEO da Ourofino Agrociência, Marcelo Abdo, apresentou aos participantes o programa Asia Expert, iniciativa voltada à preparação estratégica do setor agropecuário brasileiro para atuação no mercado asiático. “A Ásia deixou de ser uma agenda complementar e passou a ocupar posição estratégica para o futuro do Brasil. O programa Asia Expert foi desenvolvido justamente para aproximar lideranças do agro brasileiro das transformações em curso na região e contribuir para a construção de relações de longo prazo com parceiros asiáticos”, destacou.

Participaram do encontro representantes de cooperativas integrantes da missão, entre elas C.Vale, Lar Cooperativa Agroindustrial, Comigo, Copacol, Coopercitrus, Integrada Cooperativa Agroindustrial, Cotrijal, Copasul e Coplacana.

“Precisamos seguir fortalecendo essa relação, ampliando oportunidades e consolidando o agro brasileiro como um dos pilares da segurança alimentar global.”

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Santos lança hub de inovação portuária

Projeto impulsiona tecnologia no setor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participou, nesta sexta-feira (22), da inauguração do Hub de Inovação Armazém 7, no Porto de Santos. Localizado próximo ao Centro Histórico da cidade litorânea, o espaço de 1.822 metros quadrados será reformado para abrigar ações de desenvolvimento tecnológico, startups, auditório, laboratório, entre outras atividades, mantendo as características visuais originais do antigo armazém portuário.

De acordo com o ministro, o espaço significa um avanço para a idealização de projetos que aperfeiçoem a estrutura logística do complexo. “O Porto de Santos é uma referência no Brasil. Quando a gente fala de porto, falamos de movimentação de carga, mas não podemos falar disso sem falar da capacitação de pessoas, da qualidade técnica. E não é possível falar disso sem tecnologia e inovação. Hoje, a Autoridade Portuária de Santos oferece ao setor um hub de inovação para pensar o futuro de Santos. Aqui, onde tudo começou, vamos ter a memória do Porto, pensando para onde queremos ir”, destacou.

Tecnologia e experiências interativas

O Hub de Inovação contará com recursos interativos, experiências de imersão no universo portuário, realidade aumentada e visitação virtual para explorar o porto.

O espaço também terá minicentro de convenções, coworking, ambientes voltados a instituições parceiras como universidades, ONGs e observatórios do clima e do oceano, especializados em sustentabilidade, meteorologia e oceanografia.

“A ideia é que todas as melhores tecnologias que tragam eficiência sejam compartilhadas aqui.”



Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Outra novidade será a criação de um ponto de apoio para visitas embarcadas pelo canal do Porto, com acesso seguro organizado de visitantes.

“O que buscamos é um porto do futuro, e a inauguração representa um passo nesse sentido. As obras atendem a demandas específicas, mas a tecnologia complementa o que a infraestrutura não é capaz de entregar sozinha. A ideia é que todas as melhores tecnologias que tragam eficiência sejam compartilhadas aqui. É um passo que poderá ser replicado em todos os portos”, destacou o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

A gestão do Armazém 7 será da Universidade Mackenzie, que assinou contrato de R\$ 7,5 milhões com a APS.

A instituição será responsável por desenhar e agregar todo o complexo portuário santista ao projeto, assim como formular o cronograma.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Portos do Sul crescem 44% em contêineres

Movimentação avançou no mês de fevereiro

Os portos do Sul movimentaram 4,7 milhões de toneladas em carga containerizada no mês de fevereiro, um crescimento de 43,98% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

O desempenho reforça a importância da região para a logística nacional e ocorre em meio a uma agenda de investimentos e modernização conduzida pelo Governo Federal nos terminais da região. Ao todo, os portos sulistas movimentaram 14,4 milhões de toneladas em fevereiro.

Entre os principais tipos de carga transportados estão contêineres, soja, petróleo e derivados, fertilizantes e milho. As exportações cresceram 5,04% no período, enquanto a movimentação de longo curso avançou 1,75%, indicando a manutenção da atividade ligada ao comércio exterior.

O Porto de Paranaguá (PR) liderou a movimentação regional, com 4,4 milhões de toneladas, equivalente a 30,7% de toda a carga movimentada na região Sul. Na sequência aparecem o Porto de Rio Grande (RS), com 2,4 milhões de toneladas, e o Porto Itapoá (SC), com 1,2 milhão.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o crescimento da carga containerizada confirma o fortalecimento da infraestrutura da região. “O avanço da movimentação de contêineres demonstra uma logística mais dinâmica, eficiente e integrada ao comércio internacional. O Governo Federal vem trabalhando para ampliar a capacidade operacional dos portos, melhorar acessos e criar um ambiente mais seguro para investimentos, fortalecendo a competitividade do Sul”, afirmou.

Infraestrutura e inovação

O desempenho ocorre em um contexto de ampliação dos investimentos federais em infraestrutura portuária na região Sul.



Foto: Reprodução/Gov Br

Em Santa Catarina, o Ministério de Portos e Aeroportos retomou, em abril, o contrato de dragagem do Porto de Itajaí, com investimento de R\$ 63,8 milhões para garantir navegabilidade e continuidade das operações pelos próximos 12 meses, prorrogáveis por até 48 meses.

Também em Santa Catarina, o ministro Tomé Franca assinou recentemente contrato de R\$ 72,8 milhões para manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba. A obra busca ampliar a segurança da navegação, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos logísticos no complexo portuário.

No Paraná, o Porto de Paranaguá sediou nesta semana a primeira edição de 2026 das Caravanas da Inovação Portuária, iniciativa promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Antaq para estimular soluções inovadoras, sustentabilidade e modernização das operações portuárias.

O Governo Federal também vem ampliando investimentos na indústria naval e na navegação costeira da região.

Em abril, o Fundo da Marinha Mercante aprovou R\$ 81 milhões para projetos da indústria naval no Sul do país, incluindo a construção de embarcação de apoio marítimo em Santa Catarina, com previsão de geração de 350 empregos diretos.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Setor alerta para crise na aviação brasileira

Setor aponta riscos operacionais e estruturais

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) publicou um manifesto público alertando para o risco de colapso no sistema aéreo brasileiro.

O documento, encaminhado ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo e a outras instituições, reúne análises técnicas sobre medidas recentes e propostas em tramitação que, segundo a entidade, podem afetar a segurança dos voos, a saúde das tripulações e a soberania do espaço aéreo.

De acordo com o SNA, o cenário atual exige atenção imediata das autoridades. A entidade destaca que alterações em curso na aviação civil têm impacto direto na operação do setor e podem gerar desequilíbrios estruturais.

Entre os pontos mais sensíveis, o sindicato lista três temas considerados críticos.

Um dos focos de preocupação é o Projeto de Lei nº 539/2024, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposta permite que companhias aéreas estrangeiras operem voos domésticos na Amazônia Legal utilizando tripulação internacional.

O texto está em análise no Senado Federal e vem sendo impulsionado para votação rápida. Para o sindicato, a medida carece de debate aprofundado sobre seus efeitos.

A entidade argumenta que a proposta cria um ambiente de concorrência desigual, já que empresas brasileiras seguem regras mais rígidas, como a obrigatoriedade de contratação de tripulação nacional e cumprimento de encargos trabalhistas.

Ainda segundo o SNA, a flexibilização para empresas estrangeiras pode levar à precarização das relações de trabalho e ao enfraquecimento da aviação nacional, sem garantia de redução no valor das passagens.

Revisão de regras sobre fadiga preocupa tripulantes

Outro ponto destacado no manifesto é a revisão do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 117, que trata do gerenciamento de risco de fadiga entre tripulantes.

O sindicato afirma que o processo de atualização da norma está paralisado e critica propostas anteriores que sugerem aumento da jornada de trabalho e flexibilizações operacionais sem diálogo com a categoria.

Para a entidade, a fadiga é um fator diretamente ligado à segurança de voo e exige discussão ampla com especialistas e trabalhadores.



Foto: Reprodução/Sindicomis

O documento também menciona o Projeto de Lei Complementar nº 42/2023, que trata da aposentadoria especial para profissionais expostos a agentes nocivos.

A proposta foi retirada de pauta na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Pressão por decisões e impactos no setor

Diante do cenário, o sindicato fez apelos às autoridades.

Entre os pedidos estão a rejeição do PL 539/2024 no Senado, o avanço do PLP 42/2023 na Câmara e a retomada do diálogo sobre o RBAC 117 com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Ministério de Portos e Aeroportos.

A entidade avalia que o conjunto dessas questões pode levar a um quadro de instabilidade no setor aéreo, com reflexos para passageiros, profissionais e para a economia brasileira.

O alerta ocorre em um momento de recuperação gradual da aviação após períodos de instabilidade.

Para o SNA, decisões envolvendo regulação, mercado de trabalho e segurança devem ser conduzidas com base técnica e transparência.

O sindicato classifica o momento como decisivo e defende que políticas públicas priorizem o equilíbrio entre competitividade, segurança operacional e valorização dos profissionais.

A expectativa é que o tema ganhe destaque nos próximos meses, com a tramitação das propostas no Congresso e o avanço das discussões regulatórias.

Fonte: Estadão Conteúdo



Foto: Dominik Scythe/Unsplash

Exportações aéreas crescem 43% no primeiro trimestre

Alta impulsiona logística internacional

As exportações brasileiras por carga aérea cresceram 43% no primeiro trimestre de 2026 e alcançaram US\$ 5,8 bilhões, impulsionadas pela demanda internacional e pelo avanço do comércio eletrônico.

No mesmo período, o transporte aéreo de cargas movimentou 308,7 mil toneladas no Brasil, considerando operações domésticas e internacionais, segundo dados do Painel de Indicadores da Carga Aérea, disponível na plataforma Hórus, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou que o avanço da carga aérea reflete o fortalecimento da logística e a capacidade do setor de responder ao crescimento do comércio internacional. “Os números mostram que o Brasil tem ampliado sua competitividade logística. O crescimento das exportações por via aérea demonstra a confiança do mercado internacional nos produtos brasileiros e reforça a importância dos investimentos em infraestrutura aeroportuária e eficiência operacional”, afirmou.

Mercado doméstico

No mercado doméstico, a movimentação total alcançou 101,2 mil toneladas, leve retração de 1,5% em relação ao mesmo período de 2025.

Apesar disso, o transporte realizado por aeronaves cargueiras apresentou crescimento de 18,3%, chegando a 39,8 mil toneladas e ampliando sua participação para 35,6% da carga doméstica movimentada no país.

Já o transporte em aeronaves mistas (que transportam passageiros e cargas) totalizou 61,4 mil toneladas, queda de 11,2%.

Entre as principais rotas domésticas, destacaram-se os fluxos entre Manaus (AM) e Guarulhos (SP), além da ligação entre Manaus (AM) e Viracopos (SP).

O crescimento do comércio eletrônico também segue impulsionando a demanda por operações logísticas mais rápidas e eficientes em diferentes regiões brasileiras.

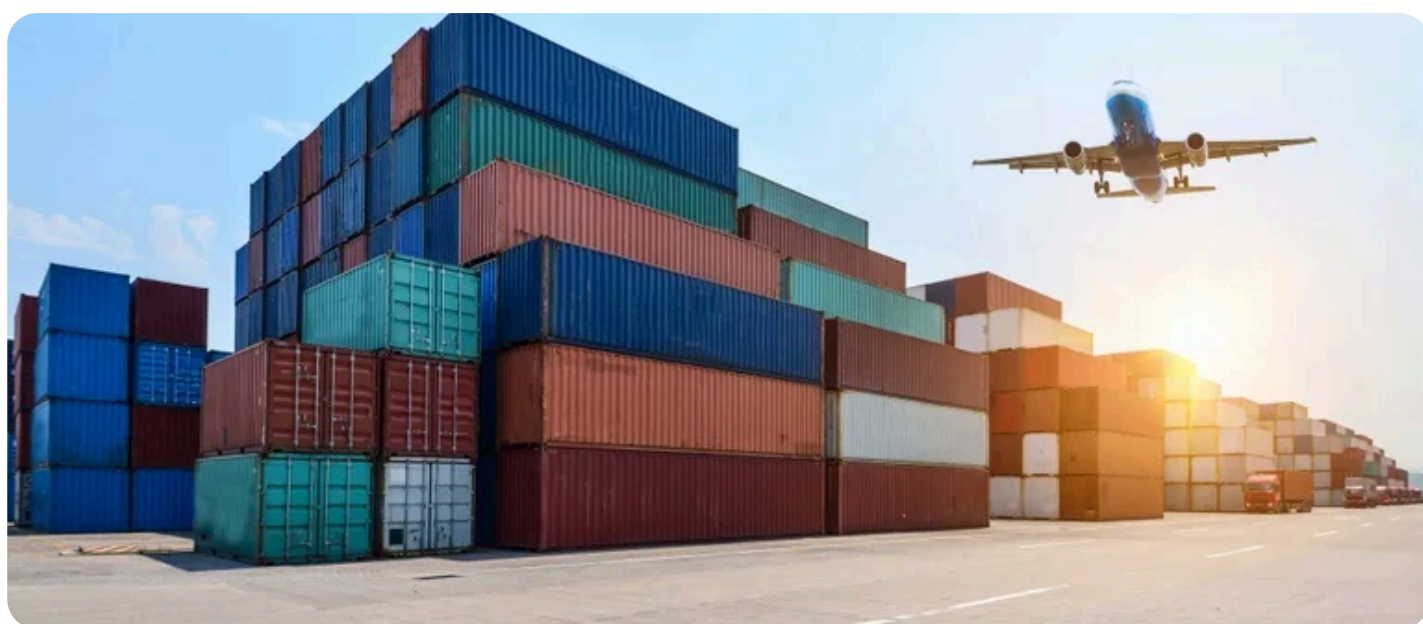


Foto: Divulgação/Gov Br

Exportações e rotas internacionais

No cenário internacional, a movimentação de carga aérea somou 207,5 mil toneladas no trimestre, com estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior.

O destaque ficou novamente para as aeronaves cargueiras, que movimentaram 99,5 mil toneladas, alta de 10,9%, enquanto as aeronaves mistas transportaram 107,9 mil toneladas, retração de 9,3%.

As rotas entre Brasil e Estados Unidos seguiram concentrando os maiores volumes internacionais, especialmente nas operações envolvendo Miami (EUA) e Santiago (CHI).

O secretário Nacional de Aviação Civil do MPor, Daniel Longo, destacou a importância do monitoramento técnico e da produção de estudos para orientar políticas públicas e investimentos no setor.

“Levantamentos como o Painel de Indicadores da Carga Aérea são fundamentais para acompanhar o comportamento do mercado, identificar tendências e apoiar decisões estratégicas. Esses números demonstram a força do setor e ajudam o poder público e a iniciativa privada a planejarem investimentos com mais eficiência e previsibilidade”, afirmou.

Exportações em alta

As exportações brasileiras por carga aérea alcançaram US\$ 5,8 bilhões no primeiro trimestre, considerando o valor das mercadorias embarcadas para exportação.

“O crescimento das exportações por via aérea demonstra a confiança do mercado internacional nos produtos brasileiros.”



Foto: Reprodução/Internet

Isso representa um crescimento expressivo, de 43%, frente ao mesmo período de 2025.

Já as importações somaram US\$ 13,6 bilhões, avanço de 0,8%.

Os Estados Unidos, a China e a Alemanha lideraram as origens das importações aéreas brasileiras, concentrando cerca de 45% do valor movimentado.

Já os principais destinos das exportações foram Estados Unidos, Canadá e Suíça, responsáveis por 48,3% do valor exportado por via aérea.

Produtos farmacêuticos, máquinas e eletrônicos, além de cargas de alto valor agregado, permaneceram entre os itens de maior relevância no comércio aéreo internacional brasileiro.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Túnel Santos-Guarujá avança como eixo de mobilidade

Projeto promete transformar a conexão na região portuária

Enquanto aguardava nos congestionamentos entre Guarujá e Santos, o caminhoneiro Valter Baleco viu um importante projeto pessoal se perder na estrada. “Eu tentei fazer faculdade, mas várias vezes deixei de ir para a aula porque não chegava a tempo. Eu já fiquei parado por três horas ou mais nesse trecho”, lembra.

Em seu caminhão, Valter percorre diariamente o mesmo caminho de outros 20 mil veículos de carga que circulam pelo Porto de Santos, o maior complexo portuário da América Latina.

Desses, aproximadamente 5 mil precisam acessar a margem direita do porto e enfrentam um trajeto de até 45 quilômetros.

Além do impacto na mobilidade, a operação também gera efeitos ambientais expressivos, cerca de 70 mil toneladas de dióxido de carbono são emitidas anualmente nesse deslocamento.

Pelas balsas que cruzam o canal, também passam milhares de ciclistas e pedestres todos os dias.

Separadas por apenas 400 metros de canal, as duas cidades parecem mais distantes ainda para quem enfrenta filas, congestionamentos e longos desvios para seguir trabalhando, como o caminhoneiro Valter.

Mas essa realidade vai finalmente mudar. Com a construção do Túnel Santos-Guarujá, a espera de quase um século começa a ganhar forma concreta.

Travessia

“Ela está há muito tempo sendo aguardada por todos nós que moramos aqui na região e vai trazer muitas melhorias. Não é apenas uma obra. É algo que vai impactar significativamente a vida de todos nós daqui”, afirma o caminhoneiro.

Inédito no Brasil, o maior empreendimento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contará com investimento de R\$ 6,8 bilhões. Uma ligação para encurtar distâncias e transformar a mobilidade da Baixada Santista. Assim, o caminho de pedra que faz Valter muitas vezes parar, vai fluir por dentro do mar.

O projeto reforça a eficiência logística do principal porto brasileiro, que conecta mais de 600 destinos e movimenta cargas de mais de 200 países.

Em 2025, 186,5 milhões de toneladas de carga, incluindo 5,9 mi de TEU passaram por Santos. O principal exportador de açúcar, soja e milho também é o segundo maior porto importador de trigo no Brasil. A instalação responde ainda por 30% de toda a corrente comercial do país.

Com o Túnel, elimina-se a dependência das balsas na travessia, aumentando a competitividade e eficiência logística do Porto.

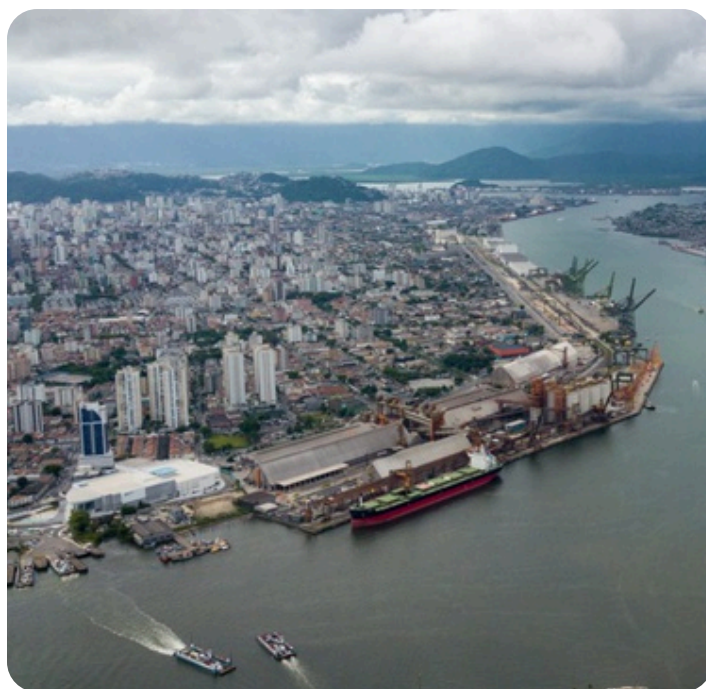


Foto: Vosmar Rosa

A obra

Com 1,5 quilômetro de extensão total, o Túnel Santos-Guarujá terá 870 metros submersos sob o canal portuário. A ligação fixa entre as duas cidades reduzirá o tempo de travessia para cerca de dois minutos.

Um percurso breve, diante das horas perdidas em filas e congestionamentos de hoje, e pequeno, diante da longa travessia que a população da região enfrentou até ver a obra sair do papel.

Prevista para ser entregue no fim de 2030, a obra deve reduzir deslocamentos, conectar pessoas e melhorar a rotina de quem vive de passagem entre as duas cidades.

Para quem transporta cargas, representa eficiência. Para quem trabalha na região, significa mais tempo, um bem cada vez mais raro.

O caminhoneiro Carlos Eduardo Ramon acredita que até sua renda vai melhorar: “com menos tempo parado, será possível fazer mais viagens no mesmo dia. Se a gente consegue ir mais vezes para o Guarujá, tem um faturamento melhor”, explica.

Para gente como Ramon, que sempre tem que correr à frente do sol, o túnel representa a estrada de fazer o sonho acontecer.

“Tem muita gente que não sabe o que o caminhoneiro passa, você perde festa da escola do filho, perde aniversário da mãe, da esposa, perde o final de ano com os amigos e a família. Então, essa obra vai ajudar bastante, até mesmo mentalmente. Vamos trabalhar um pouco mais calmo, mais sossegado”, espera Ramon.

“Vai mudar a vida do turista e da gente que é caminhoneiro, principalmente, porque vamos ter mais uma alternativa.”

Isso quer dizer mobilidade

O túnel contará com seis faixas de tráfego, ciclovia, passagem para pedestres e espaço reservado para a futura implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Também será equipado com sistemas de monitoramento em tempo real, controle inteligente de tráfego e mecanismos integrados de segurança para garantir eficiência operacional em qualquer situação.

Para Valter, a dimensão da obra ultrapassa a engenharia. “Na verdade, o túnel é uma obra extremamente importante porque vai impactar a vida social das pessoas, de quem faz essa travessia todos os dias para trabalhar. Vai mudar a vida do turista e da gente que é caminhoneiro, principalmente, porque vamos ter mais uma alternativa”, resume.

Mais do que ligar duas margens, o Túnel Santos-Guarujá representa uma nova forma de pensar a infraestrutura, aquela que aproxima cidades, reduz emissões, melhora a logística e devolve tempo às pessoas.

A travessia entre Santos e Guarujá, em destaque neste capítulo da websérie Caminhos – O Brasil Conectado, revela como grandes obras também transformam rotinas silenciosas.

Nos próximos episódios, a série apontará outros projetos que estão redesenhando a forma como o país se move por meio de portos, aeroportos e hidrovias.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

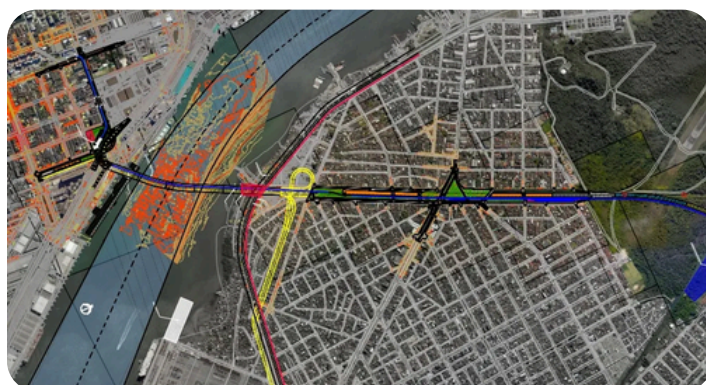


Foto: Autoridade Portuária de Santos

Brasil registra primeiras cotas do acordo Mercosul-UE

Operações marcam avanço nas relações comerciais



Foto: Reprodução/Gov Br

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) registrou as primeiras operações com utilização de cotas tarifárias previstas no Acordo Mercosul-União Europeia.

Desde a entrada em vigor do acordo, em 1º de maio de 2026, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) já aprovou oito licenças de exportação e seis licenças de importação para produtos contemplados pelo mecanismo.

As licenças de exportação emitidas até 10 de maio correspondem a operações de carne bovina fresca, carne bovina congelada, carne de aves desossada, cachaça, entre outras.

No caso da carne de aves desossada e da cachaça, as exportações ingressarão na União Europeia com tarifa zero dentro das cotas previstas no acordo. Já a carne bovina passa a contar com duas frentes de acesso preferencial ao mercado europeu. A chamada Cota Hilton, mecanismo histórico já existente antes do acordo, previa tarifa de 20% para cortes nobres brasileiros.

Com a entrada em vigor do tratado, essa tarifa foi reduzida a zero.

Além disso, o acordo criou uma nova cota de 99 mil toneladas compartilhada entre os países do Mercosul.

Antes do acordo, as exportações fora da Cota Hilton estavam sujeitas à tarifa de 12,8% mais € 304,10 por 100 kg. Agora, passam a recolher tarifa intracota de 7,5%.

No caso das importações, as seis licenças emitidas autorizam operações de chocolates, tomates e queijos originários da União Europeia. Para os queijos, já há redução tarifária inicial prevista no acordo, com a alíquota passando de 28% para 25,2% dentro da preferência negociada.

Para produtos como tomate e chocolate, as reduções tarifárias ocorrerão de forma progressiva a partir de 2027, mantendo-se, neste primeiro ano de vigência (“ano zero”), as mesmas tarifas atualmente aplicadas.

As operações foram viabilizadas pelas Portarias Secex nº 491 e nº 492, publicadas em 1º de maio, que regulamentaram os procedimentos operacionais para utilização das cotas tarifárias no comércio bilateral entre Mercosul e União Europeia. As normas, posteriormente alteradas pelas Portarias nº 494 e nº 495, estabeleceram critérios e regras para a administração das cotas.

Comércio sem restrições quantitativas

Desde 1º de maio, a maior parte do comércio entre os dois blocos passou a operar com redução ou eliminação tarifária, sem restrições quantitativas e sem necessidade de utilização de cotas.

Por isso, mais de 5 mil linhas tarifárias, o equivalente a 54,3% do universo tarifário, já passaram a contar com tarifa zero para ingresso na União Europeia.

No Mercosul, 1.152 linhas tarifárias, equivalentes a 11% do total, também já operam com tarifa zero para produtos europeus.

Para usufruir dos benefícios tarifários previstos no acordo, basta aos operadores seguir os procedimentos ordinários de comércio exterior e comprovar a origem da mercadoria, conforme as regras negociadas entre as partes.

No caso específico dos produtos sujeitos a cotas tarifárias — que representam parcela reduzida do comércio bilateral, cerca de 4% das exportações brasileiras e 0,3% das importações —, a utilização das preferências exige procedimentos específicos de licenciamento e certificação no âmbito do Portal Único Siscomex.

Toda a regulamentação necessária, bem como os ajustes operacionais e sistêmicos para implementação dessas operações, foi concluída a tempo da entrada em vigor do acordo.

O sistema já opera plenamente para recepção, processamento e emissão das licenças vinculadas às cotas tarifárias previstas no tratado.

Implementação do Acordo

As cotas tarifárias integram o conjunto de instrumentos negociados no Acordo Mercosul-União Europeia para ampliar o comércio bilateral, garantir previsibilidade regulatória e ampliar o acesso a mercados estratégicos.

O Portal Único Siscomex já opera plenamente para receber e processar os pedidos relacionados às cotas tarifárias do Acordo Mercosul-União Europeia, garantindo segurança operacional, previsibilidade e fluidez às operações de comércio exterior.

No caso brasileiro, a operacionalização ocorre por meio do Portal Único Siscomex, onde importadores e exportadores registram os pedidos de licença vinculados às cotas previstas no acordo.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/CNN

Corrente de comércio cresce 10,8%

Resultado reforça avanço do comércio exterior brasileiro

No mês de abril de 2026 as exportações somaram US\$ 34,1 bilhões, batendo recorde histórico, e as importações, US\$ 23,6 bilhões, com saldo positivo de US\$ 10,5 bilhões e corrente de comércio de US\$ 57,8 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 116,6 bilhões e as importações, US\$ 91,77 bilhões, com saldo positivo de US\$ 24,8 bilhões e corrente de comércio de US\$ 208,3 bilhões.

Esses, e outros dados, foram divulgados nesta quinta-feira (7/5), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Nas exportações, comparados o mês de abril / 2026 (US\$ 34,15 bilhões) com abril / 2025 (US\$ 29,89 bilhões), houve crescimento de 14,3%.

Em relação às importações houve crescimento de 6,2% na comparação entre o mês de abril / 2026 (US\$ 23,61 bilhões) com o mês de abril / 2025 (US\$ 22,22 bilhões).

Assim, no mês de abril/2026 a corrente de comércio totalizou US\$ 57,76 bilhões e o saldo foi de US\$ 10,54 bilhões.

Comparando-se este período com o de abril/2025, houve crescimento de 10,8% na corrente de comércio.

Nas exportações, comparado o valor de janeiro/abril 2026 (US\$ 116,55 bilhões) com o de janeiro / abril - 2025 (US\$ 106,76 bilhões) houve crescimento de 9,2%.

Em relação às importações, houve crescimento de 2,5% entre o valor do período de janeiro/abril - 2026 (US\$ 91,77 bilhões) com janeiro/abril - 2025 (US\$ 89,49 bilhões).

Por fim, o valor da corrente de comércio totalizou US\$ 208,32 bilhões e apresentou crescimento de 6,1% na comparação entre estes períodos.

Exportações e importações por setor

No mês de abril/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores exportadores foi o seguinte: crescimento de US\$ 1,28 bilhão (16,1%) em Agropecuária; de US\$ 1,26 bilhões (17,9%) em Indústria Extrativa e de US\$ 1,71 bilhões (11,6%) em produtos da Indústria de Transformação.

No acumulado do ano atual, comparando com igual período do ano anterior, o desempenho dos setores exportadores foi o seguinte: crescimento de US\$ 1,64 bilhão (6,6%) em Agropecuária; de US\$ 5,32 bilhões (22,2%) em Indústria Extrativa e de US\$ 2,76 bilhões (4,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

No mês de abril/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores importadores foi o seguinte: crescimento de US\$ 4,3 milhões (0,4%) em Indústria Extrativa, e de US\$ 1,51 bilhão (7,4%) em produtos da Indústria de Transformação; houve queda de US\$ 0,15 bilhão (25,8%) em Agropecuária.

No acumulado do ano atual, comparando com igual período do ano anterior, o desempenho dos setores importadores foi o seguinte: crescimento de US\$ 2,94 bilhões (3,6%) em produtos da Indústria de Transformação; queda de US\$ 0,49 bilhões (21,4%) em Agropecuária, e de US\$ 0,22 bilhões (5,3%) em Indústria Extrativa.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/Internet

Missão comercial amplia conexões nos EUA

Agenda amplia oportunidades com varejistas americanos

Entre os dias 13 e 14 de maio, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) realizou missão comercial em Oregon, nos Estados Unidos, com o objetivo de ampliar a presença de produtos do agronegócio brasileiro no mercado norte-americano.

A participação brasileira reuniu oito empresas dos setores de café, água mineral, cachaça, açaí, chocolate, pão de queijo e carnes.

A missão foi coordenada pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, por meio da adida agrícola do Brasil nos Estados Unidos, Ana Lucia Viana, e do coordenador-geral de Promoção Comercial, Péricles Mendes da Silva.

A agenda contou ainda com o apoio da cônsul honorária do Brasil em Oregon, Daniela Andrade.

A iniciativa buscou aproximar produtores e empresários brasileiros de compradores, redes varejistas, operadores logísticos e representantes do setor privado local.

Os Estados Unidos são o terceiro principal destino das exportações do agronegócio brasileiro e, em 2025, importaram cerca de US\$ 11,4 bilhões em produtos agropecuários do Brasil, com destaque para café, carnes, produtos do complexo sucroenergético e cacau.



Foto: Divulgação/MAPA

A agenda também dialoga com o perfil do mercado norte-americano de alimentos especiais, que movimenta mais de US\$ 200 bilhões por ano e abre espaço para produtos com identidade, origem e diferenciação.

Nesse contexto, itens como café, açaí, cachaça, chocolate e alimentos processados brasileiros encontram oportunidades em redes varejistas, lojas especializadas, restaurantes e distribuidores regionais.

Durante a programação, a delegação participou do Fórum Econômico Brasil-Oregon, de rodadas de negócios e de visitas técnicas em Portland.

Os empresários também conheceram redes varejistas norte-americanas, em agenda voltada à troca de informações sobre o mercado local, o perfil dos consumidores e as possibilidades de inserção de produtos brasileiros nas prateleiras.

A missão incluiu ainda visita ao Porto de Portland, onde os participantes conheceram a estrutura logística da região, incluindo o Terminal 6, principal terminal internacional de contêineres de Oregon.

A delegação também visitou a torrefação de café da única empresa brasileira atualmente em operação no estado, em uma agenda sobre posicionamento de marca, comercialização e adaptação ao mercado local.

A missão contribuiu para identificar oportunidades para alimentos e bebidas brasileiros em Oregon e ampliar o diálogo com potenciais compradores nos Estados Unidos.

A iniciativa integra o esforço de diversificar a presença do agro brasileiro em mercados regionais norte-americanos e aproximar empresas nacionais de novos canais de distribuição.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro